

CRISE DOS MERCADOS

Barros prevê ajuste rápido e prioridade nos cortes

No pacote de 97, o governo só aumentou impostos e continuou gastando, reconhece o secretário

LU AIKO OTTA

O secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros, tem trabalhado na elaboração do programa de ajuste fiscal do governo com uma meta em mente: centrar fogo no corte de despesas. Não é essa a tradição das políticas fiscais brasileiras. Nas últimas décadas, o acerto nas contas tem sido perseguido à custa do aumento de impostos. "Reconhecemos que, no ano passado, na parte das despesas, nós ficamos devendo", admitiu o secretário. "Com certeza, desta vez, nós vamos fazer nossa lição de casa e o avanço vai ser importante, considerável, rápido."

Para isso, o governo trabalha em duas frentes: uma, que contempla medidas com efeito a curto prazo e permitirá ao País atingir a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de fechar o ano com um saldo primário entre 2,5% e 3% do Produto Interno Bruto (PIB), nas três esferas de governo e nas empresas estatais.

A outra frente são as medidas chamadas estruturais, que não provocarão efeito imediato no caixa, mas ajudarão a disciplinar e organizar as finanças públicas daqui para a frente. "São mudanças nos fundamentos, muitas das quais não têm um impacto financeiro a curto prazo, mas são fundamentais para a consolidação do ajuste fiscal e da nova fase de crescimento", explicou. Nessa categoria, enquadram-se as reformas e a nova Lei de Finanças Públicas.

O ajuste de curto prazo será perseguido basicamente com cortes de despesas. A tarefa será cumprida, em sua maior parte, pelo próprio governo federal, embora Estados e municípios também devam dar sua colaboração. Um levantamento sobre as medidas de corte já anunciadas para 99 mostra que elas somam perto de R\$ 10 bilhões. O ajuste total, porém, precisará ser bem maior: R\$ 25 bilhões.

O secretário disse que ainda não está definido quanto do que falta será coberto com o aumento de impostos. Em seu discurso na quarta-feira, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que as mudanças nas regras tributárias a curto prazo preservariam ao máximo os assalariados e a produção. "Estamos trabalhando nessa direção", afirmou Mendonça de Barros, sem entrar em detalhes sobre quais medidas poderão ser adotadas.

O aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) de 0,25% para 0,30%, porém, já foi anunciado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP). Os técnicos da Receita informaram, também, que está sendo estudada a prorrogação da cobrança da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) que, inicialmente, seria cobrado só em 98 e 99.

O governo federal já anunciou um corte de R\$ 8,7 bilhões em seus gastos de custeio e investimento programados para 99. Há também um conjunto de medidas de menor impacto fiscal, como o corte de R\$ 225 milhões nas despesas do Ministério da Fazenda. "Sozinho, esse corte é uma

andorinha que não faz verão", reconheceu Mendonça de Barros. "Mas, quando os outros ministérios fizerem o mesmo, teremos um número razoável." O anúncio da suspensão de dez concursos públicos em andamento proporcionará uma economia anual da ordem de R\$ 250 milhões.

Os cortes, porém, deverão aprofundar-se. "Não tenha dúvida: o ajuste vai ser relevante", assegurou. Segundo o secretário, o governo decidiu enfrentar a questão da qualidade dos gastos que efetua. "Em muitas áreas, o governo não gasta pouco; eventualmente, gasta mal." Por isso, o Ministério da Fazenda deu o exemplo ao efetuar cortes de caráter permanente, com a redução de sua estrutura. Esse é o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), presidida pelos secretários-executivos da Fazenda, Pedro Parente, e do Planejamento, Martus Ta-

vares.

O ajuste estrutural é, basicamente, o mesmo pedido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso quatro anos atrás: reforma tributária, reforma da Previdência, reforma administrativa. Na avaliação de Mendonça de Barros, a vantagem agora é que os quatro anos de debate em torno desses temas criaram um ambiente maduro para seu avanço.

Isso pode ser exemplificado, na avaliação do secretário, pela reforma tributária. "No básico, não há dúvida quanto à sua necessidade e seus principais objetivos, como o fim dos impostos em cascata e obtermos um sistema leve, que não pese sobre a produção", explicou. Ele informou que o

novo texto da emenda constitucional sobre a reforma tributária já está sendo discutido com secretários estaduais de Fazenda. Um de seus principais desafios é criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), sem modificar a distribuição de receitas entre Estados e União.

Mendonça de Barros acredita que o mesmo amadurecimento surgiu em torno da reforma da Previdência. "O ajuste é uma imposição da aritmética", disse. "Quatro anos de debate deixaram claro que não dá para sustentar um regime de previdência pública em que as pessoas começam a se aposentar com 38, 40 anos, após terem contribuído por um

período curto, sendo que sua expectativa de vida é elevada." O principal resultado da reforma previdenciária será estancar o crescimento acelerado do déficit nas contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Há, ainda, a regulamentação da reforma administrativa – que, quando aprovada, facilitará a demissão de funcionários públicos.

O secretário confia, também, que os novos governadores terão interesse em ajustar suas contas logo no primeiro ano de mandato. "A perspectiva de os Estados aumentarem seus investimentos é proporcional à sua capacidade de ajuste", lembrou o secretário. No curto pra-

zo, porém, o governo não conta com uma colaboração elevada dos Estados. "Os resultados de curto prazo estão essencialmente centrados no governo federal."

Embora não tenha detalhado as medidas de curto prazo, o secretário garantiu que não há nenhuma intenção de aumentar as alíquotas do Imposto de Importação, como forma de colocar uma trava na saída de dólares pela via comercial. "Seria um tiro no pé", avaliou. Ele explicou que, após vários anos reduzindo alíquotas e ampliando as importações, o País passou a depender de produtos vindos do exterior, principalmente máquinas e matérias-primas, para manter sua produção. Encarecer essas importações, por isso, elevaria os custos internos de fabricação desses bens e acabaria retirando a competitividade das exportações brasileiras.

**EM MUITAS
ÁREAS O
GOVERNO
GASTA MAL**

GOVERNO
ESPERA QUE
ESTADOS
FAÇAM AJUSTES